

A pesquisa em Política Educacional na perspectiva do materialismo histórico-dialético – revisão de literatura

Ediógenes Paes de Camargo
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
ediicamargo@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão de literatura de trabalhos que discutem o materialismo histórico e dialético como fundamento das pesquisas do campo da Política Educacional. Envolve a análise de 37 textos distribuídos em cinco categorias, e explicita uma visão geral sobre a constituição do campo da Política Educacional no Brasil. Ainda apresenta as contribuições e os entraves frequentemente enfrentados pelos pesquisadores que adotam esse referencial.

Palavras-chave: Política Educacional. Materialismo histórico e dialético. Revisão de literatura.

La investigación en Política Educativa en la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico – revisión de literatura

Resumen: Este artículo presenta una revisión de literatura de trabajos que discuten el materialismo histórico y dialéctico como fundamento de investigaciones del campo de la Política educativa. Involucra el análisis de 37 textos distribuidos en cinco categorías, y explicita una mirada general sobre la constitución del campo de la Política Educativa en Brasil. Aún presenta las contribuciones y obstáculos frecuentemente enfrentados por los investigadores que adoptan ese referencial.

Palabras clave: Política Educativa. Materialismo histórico y dialéctico. Revisión de literatura.

Research on Education Policy in the Historical-Dialectical Materialism perspective – literature review

Abstract: This issue presents a literature review of works which discuss historical and dialectical materialism as basis for research on Educational Policy field. It involves the analysis of 37 texts distributed in five categories, and makes explicit a general view on the constitution of the Educational Policy field in Brazil. It still presents contributions and obstacles often faced by researchers who adopt this framework

Keywords: Education Policy. Historical and Dialectical Materialism. Literature review.

Introdução

Neste artigo de revisão são analisados trabalhos que discutem a perspectiva marxista como fundamento para a pesquisa do campo da Política Educacional. Após a consulta em diferentes *sites* de pesquisa, foram localizados 37 produções de autores brasileiros (artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses) relacionados ao tema.

A primeira parte do texto discorre sobre a constituição do campo das políticas educacionais no Brasil, e a forma como o marxismo passou a ser utilizado nas universidades brasileiras a partir dos anos 1970 e em períodos posteriores. Na segunda parte do texto são apresentadas análises realizadas pelos autores a respeito das dificuldades encontradas pelos pesquisadores no emprego do método materialista histórico-dialético e os desafios a serem enfrentados para a superação desses empecilhos.

A Política Educacional como campo acadêmico

O campo das políticas educacionais é, por sua natureza, abrangente e complexo porque faz fronteira com outras áreas do saber. Assim sendo, algumas vezes há certa dificuldade para delimitar os temas e a abrangência deste campo. De acordo com Mainardes (2018b), no contexto latino-americano, podemos considerar que se trata de um campo em processo de institucionalização, construção e afirmação, enquanto campo específico.

Para Stremel (2016), um dos momentos decisivo para a expansão do campo da política educacional foi a partir da década de 1990, com as diversas formas de reforma de caráter neoliberal, formuladas e implantadas no governo de Fernando Henrique Cardoso; bem como a partir dos anos 2000, com os governos Lula e Dilma. As mudanças indicadas por Stremel (2016) nesse período apontam para

Um significativo aumento dos estudos sobre política educacional, em como a criação de linhas e grupos de pesquisas de política educacional, de disciplina de políticas educacional nos currículos dos cursos de Graduação em Pedagogia, de periódicos especializados. Além, desses indicativos de institucionalização do campo, nesse período, a ANPAE incorpora a seu nome a palavra “política”, ampliando sua esfera de atuação. (STREMEL, 2016, p. 23-24, grifo do autor).

Dada esta expansão e as dificuldades inerentes ao campo, consideramos que a política educacional requer mais estudos que contribuam para melhorar o nível de coerência e consistência das investigações, e aprofundem o conhecimento dos aspectos relacionados aos mecanismos da produção de conhecimento da área; ou seja, é necessário desenvolver análises sistemáticas sobre o que vem sendo produzido pelas pesquisas neste campo. No que se refere ao método materialista histórico-dialético, concordamos com Frigotto (1995), que talvez seja, ainda hoje, a concepção teórica mais contestada, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. De acordo com Del Roio (2016), a vertente epistemológica marxista, na área da Educação, contabiliza 20% dos pesquisadores cadastrados. Porém, esta perspectiva epistemológica passou a sofrer um cerco institucional notório, com dificuldades de ingresso em muitos departamentos acadêmicos e na obtenção de auxílio financeiro.

Entre as acusações que pesam sobre o marxismo destaca-se a a visão de que se trata de um paradigma em crise, desatualizado e incapaz de oferecer explicações à complexidade social (FRIGOTTO, 1995).

O objetivo deste artigo é analisar as produções do campo da política educacional que discutem o materialismo histórico-dialético como fundamentação teórico-epistemológica para as pesquisas, com o intuito de contribuir com os estudos epistemológicos de Política Educacional, os quais vêm sendo bastante debatidos no âmbito da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* – ReLePe.¹

O emprego do materialismo histórico-dialético nas pesquisas sobre Políticas Educacionais

O levantamento das publicações sobre o materialismo histórico-dialético nas pesquisas sobre Políticas Educacionais foi realizado a partir de buscas em *sites de pesquisa*, tais como Banco de Teses e Dissertações da (CAPES), Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A coleta dos dados foi realizada a partir dos termos “marxismo e educação”, “políticas educacionais e marxismo” e “metodologia na pesquisa e marxismo”. O levantamento permitiu a localização de 37 trabalhos, sendo uma dissertação, 13 capítulos de livros e 23 artigos, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de trabalhos que discutem o enfoque teórico do materialismo dialético na pesquisa sobre Políticas Educacionais, no período de (1989 a 2016)

Tipo de produção	Quantidade
Dissertação	01
Capítulos de livros	13
Artigos	23
Total	37

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

O levantamento bibliográfico realizado permitiu constatar que há uma vasta produção sobre o método marxista e sobre marxismo e Educação. No entanto, sobre a aplicabilidade e implicações dessa epistemologia para a pesquisa em Política Educacional ainda há poucos textos. A partir das análises, as cinco categorias incluídas na revisão foram:

- a) História do marxismo no Brasil e Políticas Educacionais;
- b) Fundamentação teórica e orientações para sua utilização na pesquisa em Educação e em Política Educacional;

¹ Trata-se de uma rede de pesquisa criada em 2010, por pesquisadores brasileiros e argentinos, com o objetivo de ampliar os estudos sobre os aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional. Maiores informações sobre a ReLePe podem ser encontradas em <www.relepe.org>. Diversos trabalhos relevantes para o estudo das epistemologias da Política Educacional têm sido publicados nos últimos anos (TELLO, 2012; TELLO, 2015; TELLO; MAINARDES, 2015; FÁVERO; TONIETO, 2016; MAINARDES; TELLO, 2016; MARCON, 2016; MANCEBO, 2017; MIRANDA, 2016; MOREIRA, 2016, 2017; SOSSAI, 2016; SOUZA, 2016; SOARES, 2016; STREMEL; MAINARDES, 2016; SAVIANI, 2017; MAINARDES, 2017, 2018a, 2018b; STREMEL, 2017; MAINARDES; STREMEL; SOARES, 2018; TONIETO, 2018).

c) Orientações para utilização do materialismo histórico-dialético na pesquisa em Política Educacional;

d) Análise da utilização do Materialismo histórico-dialético em pesquisas de Política Educacional;

e) Materialismo Histórico-dialético na formação do pesquisador.

A Tabela 2 apresenta os trabalhos incluídos na revisão.

Tabela 2 - Categorias dos trabalhos incluídos na revisão de literatura

Categorias	Autores/Ano	Quantidade (%)
1) História do marxismo no Brasil e políticas Educacionais	BITTAR; FERREIRA JUNIOR (2009); BITTAR, FERREIRA JUNIOR (2011); FERREIRA JUNIOR (2013).	3 (8,1%)
2) Fundamentação teórica e orientações para sua utilização na pesquisa em Educação e em Política Educacional	ALMEIDA; SILVA (2013a); ALMEIDA; SILVA (2013b); BENITE (2009); FRACO; CARMO; MEDEIROS (2013); FRIGOTTO (1989); GOMIDE; JACOMELI (2016); KUENZER (1998); MENDES (2006); MORAES (2012); PALUDO; VITÓRIA, (2014); PARO (2001); PIRES (1997); RÉSES (2014); RODRIGUEZ (2014); SANTOS (2014); SILVA JUNIOR (2007); SILVA JUNIOR (2006); TORRIGLIA; ORTIGARA, (2014).	18 (48,6%)
3) Orientações para utilização do materialismo histórico-dialético na pesquisa em Política Educacional	COSTA (2014); DEITOS; SOBZINSKI (2015); JESUS; LACKS; ARAÚJO (2014); JESUS (2014); MASCARENHAS (2014); MASSON (2014); MASSON (2013); MASSON; MAINARDES (2013); SUBTIL (2016); MASSON; SUBTIL (2012); OLIVEIRA; PALAFOX (2014).	11 (29,7%)
4) Análise da utilização do Materialismo histórico-dialético em pesquisas de Política Educacional	MASSON, (2012); SOUSA (2014); SOUZA; MAGALHÃES (2013); PEREGRINE; VIOTTO FILHO (2015).	4 (10,8%)
5) Materialismo histórico-dialético na formação do pesquisador	PRONKO (2016)	1 (2,7%)
Total		37 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

História do marxismo no Brasil e Políticas Educacionais

Os dados revelam que a produção sobre a construção histórica do marxismo no Brasil, enquanto referencial utilizado para produção de pesquisas sobre Políticas Educacionais, somam 8,1% dos textos encontrados sobre a temática. Sobre esta categoria foram encontrados textos que apresentam uma síntese do processo histórico pelo qual atravessou a teoria marxista no Brasil dentro do ambiente acadêmico.

As principais contribuições sobre o tema foram encontradas nas publicações de Bittar e Ferreira Junior (2009, 2011) e Ferreira Junior (2013). Os textos destacam que mudanças ocorridas na superestrutura da sociedade são fatores determinantes para o fortalecimento da utilização do

método marxista na academia e para que, em outros momentos, ele deixasse de ser uma importante referência epistemológica do campo educacional. Embora esses trabalhos refiram-se ao campo educacional e não exatamente ao campo da Política Educacional, consideramos que são textos importantes para a compreensão da utilização deste método no contexto da pesquisa em Educação, em um sentido mais amplo.

No que se refere ao desenvolvimento de pesquisas científicas na área de Políticas Educacionais, os autores consideram que, no Brasil, este é um processo embrionário e em construção, pois apenas no final da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), sistematizaram-se investigações neste campo.

Neste sentido, Ferreira Junior (2013), ao expor as contribuições do marxismo nas pesquisas educacionais, explica que, historicamente, houve limites na aplicação no marxismo no âmbito das pesquisas realizadas durante as décadas de 1970 e 1980. O pesquisador explica que tais limites estavam relacionados, em grande parte, ao contexto político da época e ao estágio em que se encontrava o próprio desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil.

Ferreira Junior (2013) argumenta que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo fechamento político com a ditadura militar e, no campo do conhecimento, a abordagem mais utilizada do marxismo foi de cunho estruturalista, por meio das obras de Louis Althusser. Consideradas as devidas contribuições desse viés marxista, os estudiosos não omitem os limites do tratamento dado às questões epistemológicas e políticas do período.

Segundo os autores, este enfoque estruturalista renega algumas categorias fundamentais para o marxismo, tais como a continuidade histórica, o movimento dialético e o trabalho em seu sentido ontológico. Além disso, também distorce o conceito de ideologia, aproximando-a de termos psicológicos, ficando reconhecida como mecanicista, porque reduz a estrutura social a relações do tipo causa e efeito.

Desta forma, esses trabalhos de Pós-Graduação, em geral, preocupavam-se mais em estabelecer o que seria o verdadeiro método científico marxista com base em pesquisa bibliográfica, que investigar a realidade empírica do mundo educacional brasileiro da época (FERREIRA JUNIOR, 2013).

Ainda com base em Ferreira Junior (2013), apenas a partir dos anos 1970 houve fortalecimento e aumento de pesquisas que empregaram o referencial teórico marxista em trabalhos sobre políticas educacionais. O fortalecimento dessas pesquisas concentrou-se, sobretudo, nos programas de Pós-Graduação em Educação na PUC-SP e teve, como enfoque epistemológico, a obra de Antônio Gramsci, difundida por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, entre outros estudiosos da época.

Por consequência, naquele período, as pesquisas deixaram de ser unicamente bibliográficas e passaram a interpretar as problemáticas produzidas pela realidade concreta do mundo educacional brasileiro, já que, para Gramsci, a escola é considerada uma instituição superestrutural permeada por contradições sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pelas relações capitalistas de produção (FERREIRA JUNIOR, 2013).

Na última década do século XX, com a derrocada do socialismo real e o fim da União Soviética, o campo epistemológico sofreu fortes impactos, decretando o fim da história, bem como o encerramento da capacidade explicativa da teoria marxista. Segundo Bittar e Ferreira Junior (2009), as categorias como totalidade, classe social, Estado, verdade, revolução, que já vinham sendo criticadas desde a década de 1970, passaram a ser sistematicamente rejeitadas.

A partir daquele período, Bittar e Ferreira Junior (2009) destaca que a História da Educação incorporou os objetos de estudo das mentalidades, da vida cotidiana, da história das mulheres, da cultura, etc. Esta fragmentação dos fenômenos investigados pela História da Educação coloca-se em oposição às concepções estruturais que, até então, haviam influenciado os estudos históricos no Brasil: o positivismo, o marxismo e a própria escola dos *Annales*² nas suas primeiras gerações. Porém, a partir da década de 1950 ocorreram mudanças substanciais na concepção historiográfica dessa corrente, sobre a qual Bittar e Ferreira Junior (2009, p. 497) argumentam que

Fernand Braudel introduziu a noção da longa duração, privilegiando o estudo dos sistemas e não mais das mudanças como preconizava Marc Bloch. Adotando a perspectiva de geografia histórica de Lucien Febvre, ele aprofundou a preocupação com o espaço. Seu magistral estudo sobre o mediterrâneo e Felipe II, por exemplo, começa tratando de uma história quase sem tempo e sem gente, mas na qual, aos poucos, surge a história da estrutura econômica, social e política e, finalmente, a movimentada história dos acontecimentos.

Porém, foi com a proeminência de alguns jovens, como André Burguière e Jacques Revel que começou, de fato, a ser elaborada a historiografia, hoje chamada de *hegemônica* no campo acadêmico. De 1969 em diante, ocorre a proeminência das tendências historiográficas que negam totalmente o acontecimento, passando a privilegiar aspectos concernentes aos elementos que conferem “um entendimento íntimo do ser humano” (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 498).

Para Bittar e Ferreira Junior (2009, p. 498), seguindo esta tendência, as fronteiras estenderam-se, de forma a permitir a incorporação da história em seus aspectos “moleculares”. Assim, temas que abordam a infância, o sonho, o corpo, e até mesmo o odor passaram a integrar a historiografia contemporânea. Na visão de Ferreira Junior (2013), esse processo acabou por reduzir a capacidade interpretativa da história a um trabalho *estéril*, na medida em que se preocupa apenas com o *pequeno objeto*, em detrimento da história global.

Em decorrência dessa nova concepção historiográfica que adentra o meio acadêmico, Ferreira Junior (2013) explica que, a partir da década de 1990, as teorias pós-modernas do discurso, da linguagem e da sociologia, divulgadas amplamente pelos meios de comunicação de massa, homogeneizaram o ideário e o imaginário coletivo da sociedade capitalista. Este processo fez com que aparecessem posicionamentos ecléticos no que se refere às pesquisas científicas no campo da Educação, colocando a verdade de forma perspectivada e com o foco no posicionamento individual dos sujeitos, mediante relações consensuais.

Na visão de Rodriguez (2014), essas teorias do discurso contribuem para mascarar o processo de alienação, porque posicionam a realidade em categorias complexas para o pensamento, em categorias difusas para a consciência e, por meio da linguagem, promovem ocultamento das contradições de classe.

Desta forma, pode-se chegar a algumas conclusões acerca dos textos investigados nesta categoria:

² Escola de *Annales*: “surgiu em 1929, na França, a partir da criação da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, dirigida pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Suas críticas se dirigiam à história fatural, positivista e patriótica que então se produzia e nisto, portanto, a Escola estava muito próxima ao marxismo, embora também se aproximasse da visão objetivista da sociologia de Émile Durkheim” (FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 497).

a) a partir de uma nova concepção historiográfica, configurada no ambiente acadêmico, aspectos estruturais das sociedades humanas passaram a ter menos relevância no processo de construção do conhecimento;

b) o marxismo constituiu-se em um referencial teórico que sofreu influência de várias vertentes em seu devir histórico (leninismo, stalinismo, mecanicismo);

c) aspectos políticos, econômicos e contextuais de cada período são determinantes para explicar a aplicação da ideologia marxista nas pesquisas em Educação;

d) o movimento filosófico conhecido como *virada linguística* passou a influenciar o campo epistemológico das universidades brasileiras, defendendo o ecletismo teórico nas pesquisas em Políticas Educacionais.

Fundamentação teórica e orientações para sua utilização na pesquisa em Educação e em Política Educacional

Esta categoria refere-se aos textos que exploram conceitos fundamentais do materialismo histórico-dialético e oferecem elementos para sua utilização como fundamentação teórica das pesquisas. De forma geral, a maior parte dos textos destaca a contribuição do método marxista sobre pesquisas relacionadas à Educação.

No levantamento realizado, percebemos que 48,6% dos textos enquadram-se nesta categoria. A maioria dos textos refere-se a conceitos básicos sobre o materialismo histórico-dialético, e foram publicados em periódicos a partir do ano 2007, até 2016.

Os temas mais recorrentes observados nesta categoria são:

- a) Educação e hegemônias políticas;
- b) falsa dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa no Materialismo histórico-dialético;
- c) questão da práxis revolucionária no marxismo;
- d) reestruturação do trabalho na sociedade capitalista;
- e) teoria do valor em Marx e a Educação;
- f) luta de classes e a constituição dos direitos sociais;
- g) formulações de política e a realidade concreta das escolas;
- h) interpretação marxista da crise econômico-financeira;
- i) ontonegatividade e ontopositividade da política;
- j) a forma fenomênica e a substância histórica na análise das políticas;
- k) o complexo educacional e o movimento político jurídico.

As pesquisas de Santos (2014) e de Almeida e Silva (2013a, 2013b) discorrem sobre a relação dialética entre Estado e sociedade civil a partir da perspectiva Gramsci. Nas duas análises, as investigações sobre Políticas Educacionais demonstram como o Estado e a sociedade civil se articulam na definição da formulação e implementação das políticas voltadas para a Educação.

Em ambos os textos é dado destaque para o conceito da práxis revolucionária como expressão das classes subalternas em busca de maior consciência política e hegemônica como estratégia para a construção de uma vontade coletiva nacional popular. Segundo Santos (2014, p. 40),

As noções gramscianas são fundamentais para uma análise histórica da atividade acadêmica, especialmente da pesquisa das políticas educacionais. Elas ajudam a investigar a atuação do intelectual, em suas várias modalidades, como pesquisador e como atuante nas políticas. É possível contrapor o intelectual, comprometido com a transformação da sociedade capitalista rumo a uma organização econômica justa, aos atrelados ao interesse do capital.

Neste sentido, o pesquisador que queira se comprometer com o método materialista histórico-dialético deve, essencialmente, apreender a totalidade da qual a problemática faz parte, identificando, inclusive, os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere. Isto porque a Educação, em seu movimento universal, particular e singular traz diferentes práticas, normas, leis, entre outros complexos que legitimam e legalizam sua função específica.

As produções tendem a apresentar as políticas públicas como expressões de uma determinada visão de mundo, de uma lógica de produção e de uma concepção de Estado. Em razão disto e da sociedade ser dividida em classes, os interesses hegemônicos de determinado grupo tendem a sobrepor-se sobre as outras classes sociais, ainda que provisoriamente (FRANCO; CARMO; MEDEIROS, 2013; GOMIDE; JACOMELI, 2016; TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014).

É possível notar que, nessas reflexões acerca da lógica do capitalismo e suas relações com o complexo educacional, especialmente no que se refere ao conceito de Estado, trabalho e liberdade, a *alienação* aparece, também em outras produções desta categoria. Na mesma linha de pensamento, Paludo e Vitória (2014) evidenciam que, na sociedade capitalista, o homem é definido com igualdade jurídica, como se todos fossem iguais e dispusessem da mesma capacidade de trabalho. Todavia, essa liberdade é fictícia, pois, por não ter como sobreviver, são obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista.

Segundo os autores anteriormente citados, essa expropriação dos trabalhadores só é possível a partir da reorganização do Estado moderno enquanto aparato de controle operado pela classe burguesa. Com base nesta afirmação, “pode-se dizer que o Estado, no capitalismo, constitui-se com um Estado de classe, com interesses e funções definidos como instrumento facilitador do capital, pelo critério do cidadão proprietário” (PALUDO; VITÓRIA, 2014, p.112).

Nesse conjunto de trabalhos, fica expressa a importância da Educação para a mobilização das classes subalternas em direção à transformação da sociedade, bem como a formação de pesquisadores que contribuam para fornecer elementos intelectuais que permitam, aos trabalhadores, captar as contradições da realidade social. No entanto, em grande parte dos textos é recorrente a crítica ao distanciamento entre os intelectuais e a realidade concreta da escola brasileira, demonstrando que essa articulação entre teoria e práxis ainda não ocorre de maneira efetiva entre esses polos (MENDES, 2006; RÊSES, 2014; PALUDO; VITÓRIA, 2014).

Torriglia e Ortigara (2014, p. 186), ao abordarem a temática, afirmam que “não é uma tarefa simples optar por uma concepção materialista histórica, uma ontologia frente ao mundo e a história”. Ainda, segundo os mesmos autores,

Essa escolha de realizar análises (estruturais e conjunturais) da totalidade social, não tem possibilidade de realizar-se senão na profundidade que os fenômenos requerem, e isso é possível por uma concepção ontológica do real. E nessa afirmação consideramos que a crítica tem que ser ontológica posto que sua perspectiva materialista e crítica está fortemente inteirada – e sem possibilidade de ser pensada separadamente – de princípios metodológicos em que o processo de conhecimento busca entender o concreto de cada fato e sua relação e articulação com outros aspectos da realidade. (TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014, p. 186).

Trabalhar a partir deste entendimento (concepção ontológica do real) implica, entre outras coisas, levar em consideração que a práxis como movimento objetivo e histórico contém e expressa todo processo de apropriação, elaboração e efetivação dos conhecimentos que os sujeitos singulares realizaram subjetiva e objetivamente no percurso de luta pela continuidade da produção e reprodução da vida (TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014).

Essa abordagem nem sempre é respeitada pelos pesquisadores do campo educacional. Frequentemente se observa, em trabalhos acadêmicos, análises dicotômicas sobre o real que, norteadas por posicionamentos subjetivistas ou objetivistas, reproduzem uma compreensão distorcida sobre as políticas educacionais. Por esta razão, Benite (2009, p. 11), referindo-se a essa concepção, assevera que

Analisar os dados segundo o MHD significa partir do vital, caótico, enfim do concreto (o ato pedagógico em sua manifestação) e através do pensamento ascender deste concreto ao abstrato e racional. Para tanto, há de se negar a imediatividade do concreto. É o pensamento que permite acesso aos conceitos, às abstratas determinações conceituais e a ascensão a totalidade do fenômeno. Chegando a este ponto pode-se retornar ao ponto de partida, mas não à pseudoconcreticidade, e, sim, à representação do todo.

No mesmo sentido, Silva Junior (2006), ao tratar sobre os elementos do materialismo histórico-dialético necessários à pesquisa em Educação, reforça a importância de respeitar alguns princípios fundamentais da teoria marxiana.

Em primeiro lugar, é necessário compreender que o real se organiza em um processo de interdependência ativa, relacionando-se e condicionando-se reciprocamente. Em segundo, que o mundo não pode ser considerado um complexo de *coisas* acabadas, mas um complexo de processos e de relações. Em terceiro, que “o movimento e o devir não implicam apenas continuidade, mas também rupturas” (SILVA JUNIOR, 2006, p. 64).

Silva Júnior (2007) aponta, como princípio elementar nas pesquisas sobre políticas públicas que fazem uso desse referencial, a distinção entre a forma fenomênica e a substância histórica. Esta indistinção pode induzir ao pesquisador a

Uma vida aparentemente construída no eterno presente instituído por símbolos e signos, pelos seres humanos assumidos na sua formação como se fossem naturais e não naturalizados por meio da prática social, impedindo-lhes fugir dessa superficialidade cada vez mais extensiva da forma fenomênica que tem também sua substância histórica, e indissociável da primeira que, em movimento, dá as possibilidades daquelas práticas nas instituições republicanas, sem permitir-lhes reflexão sobre sua prática, dando origem à predominância da superficialidade extensiva e a alienação no cotidiano. (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 229).

Talvez seja por este motivo que, na perspectiva de Paro (2001) e Kuenzer (1998), o conteúdo de estudos acadêmicos que versam sobre políticas públicas em Educação está em descompasso com as práticas desenvolvidas nas escolas. Na visão dos autores, falta maior envolvimento com o chão da escola aos conteúdos dos estudos acadêmicos sobre políticas educacionais, pois, de acordo com Kuenzer (1998, p. 72),

Não têm sido pouco frequentes as afirmações dos sindicatos e dos professores quanto ao caráter genérico, embora correto, de nossas análises, a par de sua reduzida eficácia no enfrentamento das situações concretas, que não podem esperar o dia em que o socialismo chegar. Longe de negar a necessidade do nível de análise mais global, extremamente proveitoso, e a também sem reduzir a teoria à dimensão instrumental, certamente é objeto da área a contribuição para construção coletiva de propostas pedagógicas mais orgânicas com os interesses dos trabalhadores.

Em sua análise sobre a relação entre a teoria e o papel social da escola, Kuenzer (1998) afirma que há obstáculos importantes em relação à utilização das categorias marxistas que precisam ser superadas e debatidas para o aperfeiçoamento dos pesquisadores.

Em primeiro lugar, Kuenzer (1998) considera que o objeto de investigação nem sempre é identificado em sua determinação mais simples, permanecendo no nível do que Marx chama de *abstrato* e que, por esta razão, “vemos trabalhos caracterizados por tal nível de generalidade que não nos permite avançar nem no entendimento de como as relações se dão concretamente” (KUENZER, 1998, p. 62).

Em segundo lugar, Kuenzer (1998, p. 62) afirma que,

Em decorrência da dificuldade de se trabalhar com as categorias, não se tem um princípio organizador dos dados e informações coletadas, permanecendo as conclusões tão específicas que não permitem compreender para além do caso estudado, ou tão genéricas que praticamente não permitem ultrapassar os níveis das conclusões amplas, que pouco acrescentam, quando se torna necessário entender, ou intervir na realidade.

Ainda sobre as categorias, a autora destaca que “o que tem ocorrido é que, embora anunciadas no capítulo metodológico, elas terminam por não aparecer mais no desenvolvimento da pesquisa” (KUENZER, 1998, p. 62). A autora explica que essa fragmentação entre teoria e método pode ocorrer, porque nem sempre está clara, aos pesquisadores, a distinção entre as categorias metodológicas marxistas das categorias de conteúdo, próprias ao objeto de estudo.

As primeiras amplamente utilizadas no meio acadêmico (totalidade, contradição, práxis, mediação, mais valia, etc.) fazem parte do arsenal teórico já desenvolvido por Marx e servem de suporte para a pesquisa; enquanto as segundas referem-se ao objeto, a traços constitutivos do objeto investigado, os quais só poderão ser recepcionados pelo pesquisador, pois fazem parte do movimento do real, que deverão ser apreendidas posteriormente, no desenvolvimento da investigação (KUENZER, 1998).

De forma sintética, com a contribuição destes pesquisadores, pode-se afirmar que os textos contêm esclarecimentos a respeito da relação entre capitalismo, trabalho e Educação. As análises realizadas refletem, particularmente, sobre o papel da Educação na perspectiva da emancipação humana.

Os trabalhos apresentam orientações para os pesquisadores do campo educacional acerca da inseparável relação entre teoria e realidade concreta, método e reprodução social da vida humana, ou seja, os aspectos ontológicos da teoria marxista. Os pesquisadores trazem contribuições sobre categorias fundamentais desta teoria, exposições sobre o conceito de movimento, a relação entre o sujeito pesquisador e o objeto de estudo, o processo de alienação e as estreitas relações entre Estado e ideologia.

Por fim, esses estudos expõem críticas aos trabalhos acadêmicos que fazem uso desse referencial, mas se distanciam da concepção da práxis revolucionária, da luta política, permanecendo na esfera abstrata da aplicação do método marxista.

Orientações para a utilização do materialismo histórico-dialético na pesquisa em Política Educacional

Nesta categoria estão inclusos 29,7% trabalhos que abrangem aspectos relacionados às contribuições e orientações acerca do método materialista histórico-dialético em Políticas Educacionais. Os autores partem do princípio que toda política educacional está vinculada em sua forma jurídica e ideológica ao Estado e este, por sua vez, constitui-se sustentado nas relações de produção e na divisão de classes.

A complexidade das conexões a que está atrelada uma política educacional demanda um método específico para sua compreensão. Captar os aspectos contraditórios das políticas públicas, em especial para a Educação, supõe o entendimento de que as demandas dos grupos sociais esbarram no papel inerente ao Estado, no modo de produção capitalista, com sua histórica função de garantir a acumulação do capital (SUBTIL, 2016, p. 8). Por esse motivo, a autora considera que:

A contribuição da concepção marxista, nas pesquisas sobre políticas educacionais, reside na constante busca de um conjunto amplo de relações e determinações, ainda que provisórias, que permite captar seu movimento dentro da totalidade, quando utilizado de modo adequado. (SUBTIL, 2016, p. 10).

No mesmo sentido, no texto *Las contribuciones de la perspectiva marxista para la investigación sobre políticas educativas*, Masson e Mainardes (2013) destacam que o método marxista:

- a) busca compreender a natureza das determinações sócio-ontológicas para delimitar os desafios educacionais para a superação da produção capitalista;
- b) procura captar as determinações mais universais que surgem do sistema orgânico do capital com suas contradições no campo ético, científico, cultural, político e educacional;
- c) propõe uma análise das políticas a partir de uma totalidade social (gênese, desenvolvimento, contradições e relações), tratando a política educacional em seu contexto histórico e não em seu aparente isolamento.

Os textos de Jesus (2014) e Mascarenhas (2014) abordam a crítica de Marx e Engels ao modo de produção capitalista, suas correlações com o Estado e os demais complexos da sociedade moderna. Os autores evidenciam que a teoria marxista possibilita compreender a dinâmica do modo de produção da vida de um determinado período histórico, pois esse método se esforça para superar a fragmentação da realidade pela rearticulação do conjunto de determinantes dos fenômenos sociais.

Segundo Masson (2014), uma das categorias fundamentais do método marxista é o trabalho em seu sentido ontológico. Seguindo a linha interpretativa de George Lukács da obra marxista, a autora defende que esta questão é indispensável para definir uma concepção ampla da Educação, que promove o desenvolvimento humano para tornar o indivíduo singular como parte do gênero humano, para além dos limites impostos pela sociedade capitalista.

Ainda de acordo com Masson (2014), esta categoria é imprescindível porque nela reside o fundamento dos outros pores sócioteológicos³ postos pelo ser humano; portanto, a compreensão dos complexos como a política e a Educação está em relativa dependência ontológica em relação ao trabalho, e em uma autonomia relativa.

A afirmação do trabalho como raiz da qual surgem as outras dimensões do ser social não significa, contudo, que elas são uma derivação direta do trabalho ou inferiores a ele, tão somente que os demais pores teleológicos só podem ser compreendidos à luz de sua interdependência com o trabalho. Ademais, a compreensão do trabalho em seu sentido ontológico sinaliza para possibilidades de superação de sua forma histórica na sociedade capitalista.

Outro elemento destacado por Masson (2014) acerca do materialismo histórico-dialético é sua contribuição para a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana e suas implicações para a definição de um projeto de sociedade e Educação. Para a autora,

A compreensão dessa diferença nos dá condição de compreender que as conquistas no campo das políticas educacionais contribuem no limite, para o desenvolvimento da emancipação política. Todavia, a partir do materialismo histórico-dialético, o estudo e a compreensão da realidade educacional só fazem sentido se estiverem articulados à defesa da superação da sociedade capitalista, ou seja, a promoção da emancipação humana. (MASSON, 2014, p. 233).

No texto de Masson (2014), bem como nos demais textos que versam sobre o emprego do método marxista em pesquisas sobre políticas educacionais até aqui analisados, é perceptível a ênfase dada à necessidade de preservar o caráter dialético do método para resguardar a possibilidade de superação desta forma de sociabilidade historicamente posta.

Essa ênfase é persistente porque, conforme Jesus (2014) e Mascarenhas (2014), em meio ao discurso capitalista e liberal, muitos pensadores passaram a defender a existência de uma dimensão linear no método materialista histórico-dialético, advogando em prol da impossibilidade de uma nova ordem social. Contudo, defendem que, para esta perspectiva, todos os fenômenos, até mesmo as chamadas leis econômicas, são produtos da ação humana e, portanto, podem ser transformados.

Neste sentido, Jesus (2014) ressalta a relevância da produção de estudos que tenham como referencial o método materialista histórico-dialético para demonstrar que a desigualdade estrutural que atinge o processo educacional não é inexorável; pelo contrário, está vinculada a uma concepção de mundo posta por grupos sociais hegemônicos.

Por isso, Jesus, Lacks e Araújo (2014) sublinham alguns aspectos importantes para os pesquisadores que se propõem à aplicação do método materialista histórico-dialético. Primeiramente chamam a atenção para a necessária reflexão sobre a epistemologia do conhecimento e, depois, considerar os acontecimentos históricos dialeticamente, e as bases

³ Os pores sócioteológicos (linguagem, sociabilidade, educação), fazem parte do ser social enquanto um complexo constituído desde sua gênese. São atividades humanas que mantêm dependência ontológica com o trabalho e, ao mesmo tempo, uma autonomia relativa.

materiais em que os acontecimentos se realizam, e ainda, a humildade acadêmica para fazer uma autocrítica responsável sobre nossas produções científicas.

O texto de Costa (2014), por sua vez, chama atenção para as contribuições do método marxista sobre as Políticas Educacionais, mas argumenta que esse posicionamento epistemológico só terá significado se efetivamente estiverem comprometidas com a crítica à produção academicista que visa única e exclusivamente ao cumprimento de regras e exigências do ponto de vista da academia, apegadas ao positivismo, à metafísica e à pseudoneutralidade.

De acordo com Deitos e Sobzinski (2015), a atenção e o estudo teórico são de grande importância para o desenvolvimento de determinada pesquisa, embora se deva ressaltar que a concepção teórico-metodológica não é garantia do êxito na conclusão da pesquisa. A partir de suas análises, os autores ressaltam que, no uso do materialismo histórico e dialético, deve-se ter toda a vigilância necessária para que não ocorram apropriações mecanicistas e, desta forma, um estreitamento dogmático entre o referencial teórico e o objeto de pesquisa.

Em síntese, as orientações destacadas nestes estudos sinalizam para que os pesquisadores, ao adotarem tal perspectiva, tenham em vista a busca do conjunto das relações de seu objeto de pesquisa. Além disso, é posto como condição *sine qua non* às investigações que se classificam como marxistas uma análise entre o modo de produção social de determinada sociedade e suas correlações com o Estado.

Outros elementos importantes a ressaltar, quanto às recomendações contidas nestas produções, referem-se a dar importância ao aspecto histórico nas análises, considerar a relação dialética entre estrutura e superestrutura, a relação ineliminável entre indivíduo e gênero na reprodução da vida social e a crítica à sociedade capitalista em vista da emancipação humana⁴.

Análise da utilização do Materialismo histórico-dialético em pesquisas de Política Educacional

Esta categoria corresponde às produções que apresentaram resultados de análises sobre o emprego do método materialista histórico-dialético em pesquisas sobre o campo das Políticas Educacionais.

Sobre essas produções, Masson (2012) afirma que “a concepção materialista histórica e dialética não é predominante nas pesquisas sobre políticas educacionais [...], entretanto, o uso desse referencial teórico tem crescido nos últimos anos” (MASSON, 2012, p. 8).

Com relação aos artigos que discutem as implicações do enfoque epistemológico do materialismo na pesquisa educacional, Souza e Magalhães (2013) e Masson (2012) apontam que os problemas basilares na realização das pesquisas estão relacionados, sobretudo, às questões de teoria e método, e na dificuldade de construir categorias teóricas consistentes. De acordo com Souza e Magalhães (2013, p. 147),

⁴ Marx critica as revoluções burguesas e o idealismo hegeliano ao apontar as insuficiências da *emancipação política*. Para Tonet (2012), “a emancipação política (da qual fazem parte a cidadania e a democracia) é uma forma essencialmente limitada, parcial e alienada de liberdade, já que está indissolivelmente ligada ao ato fundante da sociabilidade capitalista. A emancipação humana, ao contrário, por estar fundada no ato de trabalho mais livre possível, que é o trabalho associado, representa o espaço onde os homens podem ser efetivamente livres, onde eles podem realizar amplamente as suas potencialidades e onde podem, de fato, ser senhores do seu destino. Daí porque entendemos que a emancipação humana deve ser colocada claramente como fim maior de uma atividade educativa da perspectiva do trabalho. É apenas no bojo da luta pela emancipação humana que as lutas pelos direitos e instituições democrático-cidadãs podem ganhar, como mediação, o seu melhor sentido” (TONET, 2012, p. 71).

A dispersão teórica e metodológica tem conduzido a pesquisa a um sincretismo teórico, fazendo com que se perca a compreensão sócio-histórica e, portanto, sua vocação de emancipação e transformação social, o que compromete primeiro, o rigor, segundo, a relevância das pesquisas.

Outro ponto importante salientado é que, na maioria dos estudos, explicitava-se a abordagem da pesquisa, mas não o referencial teórico-metodológico que a sustentava, podendo revelar o uso não consciente do referencial teórico e a fragilização no desenvolvimento da pesquisa (SOUZA; MAGALHÃES 2012).

Os autores acima citados indicam que os objetivos das pesquisas, na maioria dos casos, não são fundamentados nas categorias da práxis e da totalidade histórica, o que limita o movimento dialético da superação e da transformação inerente ao método do materialismo histórico-dialético. Outra limitação encontrada nos trabalhos foi a indevida articulação entre singularidade, particularidade e universalidade na produção: em quase todos os trabalhos apareceram deficiências quanto a essa aplicação (PELEGRINE; VIOTTO FILHO, 2015).

No mesmo sentido, Souza (2014), em pesquisa realizada no PPGE/UNB revelou que, na linha de pesquisa Políticas públicas e gestão educacional, há uma opção predominante pelo método crítico-dialético, considerando o conjunto de dissertações analisadas. Todavia, constatou-se a necessidade de aprofundamento em torno desta opção metodológica, especificamente no que tange à articulação entre o método e seus desdobramentos no encaminhamento da pesquisa. Os resultados, ainda segundo Souza (2014), apontam que existe dificuldade em articular método com técnicas, pressupostos e procedimentos da pesquisa. Para o autor,

De maneira mais geral e pressupondo que, muitas vezes, a frágil discussão do método em alguns trabalhos não avança para além do campo da formalidade acadêmica, questiona-se em que medida os resultados das pesquisas no campo da política e gestão da educação podem ter sua aplicabilidade na realidade estudada. Dessa forma, compartilhamos da posição expressa por Sánchez Gamboa (2008) de que muitas dissertações e teses na área de educação brasileira apenas cumprem com os requisitos para a titulação, pois pouco – ou muito pouco - contribuem para transformar a realidade. (SOUZA, 2014, p. 337).

Análogas a esta questão foram destacadas, quase em unanimidade pelos autores, outras incorreções, tais como construção de capítulos teóricos separados das análises dos dados, o que não condiz com a orientação metodológica marxista; citações de comentadores em detrimento do uso da obra dos clássicos marxistas; recortes restritos da realidade, sem conexão com a totalidade das determinações.

Além disso, as características descritivas nas produções são fortemente criticadas e destacadas. Os autores alertam que a consequência deste deslize é que muitos trabalhos de investigação que se definem como críticos e dialéticos seguem, na prática, os parâmetros positivistas ou com forte tendência ao ecletismo epistemológico.

Pautando-se em análises introdutórias sobre a temática, é possível sintetizar alguns pontos já discutidos por pesquisadores deste campo: uma tendência ao sincretismo teórico; a não explicitação do referencial teórico; dificuldades em estabelecer as devidas relações entre as categorias da singularidade, particularidade e universalidade; falta de envolvimento dos conteúdos teóricos com a realidade concreta, dificuldades em articular método, técnica e procedimentos da pesquisa; separação entre sujeito e objeto dentro do método dialético, o que revela o não

entendimento da dinâmica entre consciência e mundo.

Materialismo Histórico-dialético na formação do pesquisador

Sobre esta categoria foi encontrado apenas um artigo (PRONKO, 2016). O texto faz uma reflexão sobre os desafios teórico-metodológicos para o ensino de Políticas Educacionais, na perspectiva marxista, em cursos de Pós-Graduação na Argentina e no Brasil.

A análise diz respeito às disciplinas que versam sobre Políticas Educacionais em dois programas de mestrado da Argentina e outro no Brasil, e que contam com a carga mínima de 60 horas-aula.

A pesquisa em questão foi realizada a partir das observações e avaliações dos trabalhos finais dessas disciplinas, bem como de registros informais das falas dos estudantes em sala de aula, das respostas elaboradas por eles em atividades programadas ao longo dos últimos anos.

De acordo com Pronko (2016), essa pesquisa é relevante porque contribui para identificar os principais problemas gerais decorrentes de deficiências da formação prévia dos estudantes e, especificamente, para a apreensão das bases conceituais do método materialista histórico-dialético.

Desta forma elencamos, conforme Pronko (2016), os principais entraves identificados nos trabalhos finais das disciplinas sobre Políticas Educacionais, no que se refere ao emprego do materialismo histórico-dialético:

a) as produções apresentam uma história sem sujeito. O autor discute, problematiza dramas sociais e econômicos como consequência do capitalismo. Entretanto, ao longo do trabalho, o devir histórico apresenta-se quase como inexorável ou como um devir natural. Quando isto não ocorre, aplica-se uma espécie de determinismo em relação a grupos e setores em nível global, definindo o fim do aspecto dialético na investigação. Esta postura deixa de lado questões importantes sobre: Quem age? À custa de quem? Como isso pode ser modificado pelas organizações humanas?

b) as produções apresentam um mundo movido por ideias. Sobre esta concepção, as políticas seriam resultados de atos de pura vontade, concretização de ideias geniais de alguns indivíduos que constituem marcos na história. Esta concepção, que renega o caráter conflitivo e contraditório inerente à própria atividade política e contrapõe-se à ideia de práxis social foi recorrente nas produções dos acadêmicos;

c) as produções apresentam uma concepção de Estado sem sujeito. Esta característica funcionalista, que separa *sociedade civil e Estado*, dando ênfase ao Estado como sujeito autônomo em relação à dinâmica social e a outras esferas que concentram disputa de poder, é bastante recorrente nas pesquisas apresentadas. Esta postura é considerada equivocada, uma vez que apaga as relações conflitivas que atravessam as relações sociais; e

d) as produções apresentam a Educação como esfera isolada da realidade. Grande parte das pesquisas trabalham Educação e sociedade em termos paralelos, a partir da subordinação da primeira à segunda, como se a Educação fosse um reflexo da economia ou da política. Esta visão é equivocada porque impede de reconhecer a Educação concreta e historicamente determinada, como síntese de múltiplas determinações.

Considerações finais

A partir desta revisão de literatura foi possível perceber que o método materialista histórico-dialético não é predominante nas pesquisas sobre Políticas Educacionais, embora os autores apresentem certo otimismo quanto ao crescimento do emprego do método marxista no interior dos Programas de Pós-Graduação e Graduação em relação a períodos anteriores.

A leitura analítica dos textos revela que método materialista-histórico dialético, apesar de suas dificuldades históricas, continua contribuindo para a compreensão e explicação dos fenômenos educacionais, mas alerta para dificuldades que os pesquisadores enfrentam em tornar as pesquisas um instrumento de transformação da realidade social.

As produções sinalizam que as pesquisas que empregam este referencial teórico passaram historicamente por fases distintas. Por vezes, com acentuações mecanicistas e economicistas, em outros momentos com ênfase academicista e distante da realidade concreta da escola, da luta dos trabalhadores sindicalizados e concentram-se, na maioria das vezes, em revisões eruditas de autores marxistas e comentadores renomados.

Em certa medida, é uníssona entre os pesquisadores do campo a necessidade da coerência prática do pesquisador que adota esse referencial, bem como um cuidado em relação ao corpo teórico adotado na pesquisa. A inobservância de certos princípios da dialética marxista em sua ortodoxia pode conduzir ao desenvolvimento de estudos caracterizados pelo ecletismo, subjetivismo, empirismo, pragmatismo, entre outras consequências que não contribuem para uma possível transformação da realidade.

Referências

ALMEIDA, M. L. P.; SILVA, R. La perspectiva epistemológica marxista de Gramsci y la investigación de Políticas Educativas: su vinculación con el rol de la universidad. In: TELLO, C. (Comp.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras. 2013a. p. 269-298.

ALMEIDA, M. L. P.; SILVA, R. A perspectiva epistemológica de Gramsci e a pesquisa de Políticas Educativas. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em Política Educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013b. p. 27-54.

BENITE, A. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 50, n. 4, p. 1-15, set. 2009.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302009000200010>

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. Marxismo e culturalismo: Reflexões Epistemológicas sobre a pesquisa em história da educação. In: XAVIER, L.; TAMBARA, E.; PINHEIRO, A. C. F. (Orgs.). **História da educação no Brasil: Matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: Edufes, 2011. p. 77-107.

COSTA, R. C. O método materialista histórico e dialético e a práxis revolucionária: contribuições às análises das Políticas Educacionais. In: Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa, 2., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ReLePe, 2014. p. 1-21.

DEITOS, J. M.; SOBZINSKI, S. J. O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais. **Impulso**, Piracicaba, v. 25, n. 63, p. 101-118, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v25n63p101-118>

DEL ROIO, M. Prefácio. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (Orgs.). **Marxismo (s) & educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 13-275.

FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. O lugar da teoria na pesquisa em Política Educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 230-247, jul./dic. 2016.

FERREIRA JUNIOR, A. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 49, p. 35-44, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i49.8640319>

FRACO, K. J. S. M.; CARMO, A. C. F. B.; MEDEIROS, J. L. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. **Revista Sapiência - sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 2, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2013.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILE, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-237.

GOMIDE, C. D.; JACOMELI, M. R. M. O método de Marx na pesquisa sobre Políticas Educacionais. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016.

JESUS, S. M. S. A.; LACKS, S.; ARAÚJO, M. G. B. Problemas de pesquisa na Pós-Graduação: questões colocadas a partir da epistemologia histórico-dialética. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 291-308.

JESUS, W. F. Alto lá! Uma nova ordem é possível: contribuições do materialismo histórico à pesquisa e as políticas em educação. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 227-261.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da Política Educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-21, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230034>

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da Política Educacional. **Laplage em revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan./abr. 2018b. DOI: <https://doi.org/10.24115/s2446-6220201841399p.186-201>

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; SOARES, S. T. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento**, Niterói, v. 5, n. 8, 2018.

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da Política Educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, p. 1-17, jul. 2016.

MANCIBO, M. E. La enseñanza de Política Educativa en Uruguay: ¿acumulación incipiente o rezago? **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1 -15, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.014>

MARCON, T. Epistemologia e Política Educacional: contribuições de Santos e Wallerstein. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 30-55, jan./jun. 2016.

MASCARENHAS, A. C. B. A contribuição do materialismo histórico-dialético para análise das Políticas Educacionais. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 177-200.

MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9. 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Anped Sul, 2012. p. 1-13.

MASSON, G. Orientações para o desenvolvimento de investigação em Políticas Educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em Política Educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 55-76.

MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre Políticas Educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 201-225.

MASSON, G.; MAINARDES, J. Las contribuciones de la perspectiva marxista para la investigación sobre Políticas Educativas. In: TELLO, C. (Comp.). **Epistemologías de la Política Educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 319-348.

MASSON, G.; SUBTIL, M. J. La perspectiva del Marxismo en la investigación en Política Educativa en Latinoamérica. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2012, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 1.

MENDES, V. R. Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Marx e as Políticas Educacionais. In: PARO, V. H. **Teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11-32.

MIRANDA, M. E. ¿Investigadores y/o técnicos en política educativa? El dilema de origen. . **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 430 – 450, jul./dic. 2016.

MORAES, P. E. L. **Materialismo histórico dialético: método, práxis, educação**. 2012. 181 f. (Dissertação em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

MOREIRA, L. P. Desafios da pesquisa em Política Educacional: reflexões sobre modelos e abordagens. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 90-104, jan./jun. 2016.

MOREIRA, L. P. Enfoques e abordagens para a análise de políticas educacionais: primeiras aproximações. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017. DOI <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.008>

OLIVEIRA, G. A.; PALAFOX, G. H. M. Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre Políticas Educacionais, considerando as abordagens positivista, fenomenológica e materialista dialética. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 419-441, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.9i2.0006>

PALUDO, C.; VITÓRIA, F. B. Contribuições do materialismo histórico-dialético para o entendimento da política pública social na atualidade. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 99-130.

PARO, V. H. Políticas Educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F.; PARO V. H. **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 29-47.

PELEGRINE, A. O.; VIOTTO FILHO, I. A. T. Fundamentos epistemológicos para uma pesquisa em educação: aproximações ao materialismo histórico-dialético. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 26, n. esp. 1, p. 254-273, jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v26i0.2824>

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface – Comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-93, ago. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-32831997000200006>

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de Políticas Educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 248-264, jul./dic. 2016.

RÊSES, S. E. A construção do método no materialismo histórico-dialético e a atualidade do pensamento marxista no contexto da crise econômico-financeira. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, A. M. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 152-174.

RODRIGUEZ, M. V. Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 130-152.

SANTOS, F. A. Por uma concepção materialista de Política Educacional: contribuições de Antonio Gramsci. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 443-460, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.9i2.0007>

SAVIANI, D. Epistemologias da Política Educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-5, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>

SILVA JUNIOR, C. A. S. Dialética e pesquisa educacional no Brasil. In: CAVAZZOTTI, M. A.; NEVES, V. F. (Orgs.). **Práticas pedagógicas: a prática social como mediadora da produção e apropriação do conhecimento**. Curitiba: UTP, 2006, p. 61-74.

SILVA JUNIOR, J. R. O Pronera e a democratização da educação superior pública no campo: um diálogo teórico crítico. In: GRACINDO, R. V. **Educação como exercício da diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio educacionais**. Brasília: Líber, 2007. p. 221-239.

SOARES, S. T. Mapa das epistemologias da Política Educacional nos PPGEs Paranaenses, Brasil (2010-2012). **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 56-74, jan./jun. 2016.

SOSSAI, F. C. Anotações sobre o conceito de campo e os estudos em políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 294-333, jul./dic. 2016.

SOUSA, J. V. Método materialista histórico-dialético e pesquisa em políticas educacionais: uma relação em permanente construção. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014a. p. 1-12.

SOUSA, J. V. Abordagens metodológicas no estudo de políticas educacionais: o caso do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (2010-2012). In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014b. p. 309-343.

SOUZA, A. R. A Política Educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, ene./jun. 2016.

SOUZA, R. C. C. R.; MAGALHÃES, S. M. O. Implicações da opção metodológica pelo materialismo histórico-dialético na produção acadêmica do centro-oeste/Brasil. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v38i1.25155>

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.001>

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo acadêmico da Política Educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 115-138, jan./jun. 2016.

SUBTIL, M. J. D. Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em Políticas Educacionais. **Germinal – Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 153-162, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v8i2.16439>

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.7i1.0003>

TELLO, C. (Comp.). **Los objetos de estudios de la política educativa**: hacia una caracterización del campo teórico. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015. Disponível em: <<http://relepe.org/images/libros/Tello%20Los%20objetos%20de%20estudio%20de%20la%20pol%C3%ADtica%20%20educativa.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da Política Educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.10i1.0007>

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONIETO, C. **Características epistemológicas das teses de Políticas Educacionais no triênio 2010-2012**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018.

TORRIGLIA, P. L.; ORTIGARA, V. O campo das mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em Políticas Educacionais. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 177-182.

Recebido: 01/03/2018

Versão corrigida recebida: 01/06/2018

Aceito: 02/06/2018

Publicado online: 16/06/2018

Ediógènes Paes de Camargo

Mestrando em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
